



Presidente **p.2**

Investimento estratégico
em Chaves



PSD **p.10**

“Apresentamos
resultados”

POVO LIVRE



nº 1888

9 de Setembro de 2015

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD



MODERNIZAR A UNIÃO EUROPEIA

O Primeiro-Ministro português recebeu o homólogo britânico, David Cameron



Pedro Passos Coelho em Trás-os-Montes

Investimento estratégico em Chaves



O chefe do Governo começou por participar na inauguração do Brigantia EcoPark, em Bragança, dia 28. O Parque de Ciência e Tecnologia de Bragança contempla um investimento de 9,5 milhões de euros. Uma deslocação a Trás-os-Montes, que serviu para Passos Coelho informar que a ligação aérea entre Bragança/Vila Real/Viséu/Cascais/Portimão, poderá ser retomada já no Outono. O Primeiro-Ministro respondeu também a outra reivindicação da região, garantindo que os governos de Portugal e Espanha estão em “grande sintonia” para construir uma nova ligação na fronteira, entre Bragança e Puebla de Sanábria. Ressalvou, porém, que “ainda não está finalizada a forma como vai ser construída”.

No sábado, o Primeiro-Ministro elogiou o investimento estratégico que Chaves está a fazer no sector termal e defendeu que esta especialidade deve funcionar em complemento com os serviços de saúde. Passos Coelho passou a manhã de 29 de Agosto, neste concelho do distrito de Vila Real, onde descerrou quatro placas, fez três inaugurações de arruamentos e requalificação do balneário termal de Chaves e visitou ainda o futuro balneário termal de Vidago. O investimento total que Chaves fez em arruamentos e no sector termal é de 10,4 milhões de euros.

O Primeiro-Ministro quis destacar o “investimento significativo e estratégico” que o município do Alto Tâmega está a concretizar e considerou que Chaves “está na linha da

frente” da procura termal. Referiu ainda que esta aposta ajuda a alavancar a actividade económica deste concelho e dos municípios vizinhos.

Pedro Passos Coelho defendeu ainda uma “grande articulação” entre o termalismo e a oferta do Serviço Nacional de Saúde, mais concretamente o Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro (CHTMAD), considerando que seria “um benefício acrescido”.

Trata-se de recursos públicos, do Estado e municipais, que, na sua opinião, devem estar à disposição de todos os cidadãos. “É indispensável tirar o maior partido possível destes investimentos”, sublinhou. E destacou, por exemplo, o trabalho que pode ser feito em certas especialidades como a ortopedia ou a medicina de reabilitação, que estão a ser desenvolvidas no balneário termal de Chaves e que podem ser bem coordenadas com o CHTMAD.

Este trabalho complementar entre o termalismo e a saúde foi um desafio lançado pelo presidente da Câmara de Chaves, António Cabeleira, que o Primeiro-Ministro disse que iria comunicar ao ministro da Saúde.

Passos Coelho referiu que tem assistido a uma melhoria da qualidade de vida no interior do país, no entanto considerou que estes territórios “mantêm uma grande sangria” de pessoas que partem à procura de empregos. Por isso, defendeu que é importante apostar “naquilo que diferencia” estas regiões, como por exemplo o termalismo em Chaves e aqui destacou ainda o futuro museu das termas de Chaves como um factor de atracção turística. O espaço que dará lugar ao museu foi, inicialmente, projectado para um parque de estacionamento, mas as escavações arqueológicas puseram a descoberto os vestígios de uma muralha seiscentista e um complexo termal romano, travando a continuação do projecto.

Depois de inaugurar a requalificação das ruas adjacentes ao Vidago Palace Hotel e ao novo balneário de Vidago, o chefe do Governo manifestou esperar que estes investimentos atraiam outros investidores para a recuperação de alguns imóveis próximos. “Espero que este esforço que tem vindo a ser feito seja coroado de êxito porque há muita qualidade nestas terras e vale a pena investir nelas”, frisou.

Em Chaves, o governante provou a água quente que sai das termas de Chaves e, mais ao final da manhã, já na vila de Vidago, ainda teve tempo para tirar fotografias com uma apoiante antes de visitar o Balneário Pedagógico de Investigação e Desenvolvimento de Práticas Termas. Esta obra está pronta mas, devido a motivos técnicos, só deverá abrir ao público na próxima época, que arranca no período da Páscoa.

Mecanismo europeu para fixar preço de referência do leite

Em Agrival, no Parque de Feiras e Exposições de Penafiel, o chefe do Executivo lembrou que “Portugal foi provavelmente o único país que permaneceu até ao fim dentro de uma posição de advertência sobre consequências mais negativas que poderiam advir do fim do regime das quotas leiteiras”. “Precisamos de um mecanismo europeu que funcione nestas circunstâncias excepcionais. Julgamos que há hoje mais países que compreendem as reticências que nós tínhamos e que hoje estarão disponíveis para rever essas decisões”, afirmou. “Parece-nos que agora o facto de haver preços excepcionalmente baixos, que afectam os rendimentos dos agricultores e a viabilidade de muitas explorações pecuárias sensibiliza vários outros países, que nunca imaginaram que uma situação de preços tão baixos viesse a ser atingida”, acrescentou o Primeiro-Ministro,

Passos Coelho reafirmou que Portugal está com outros países, “nomeadamente Espanha, Itália e também com a França, a procurar sensibilizar a União Europeia para a necessidade de ter uma alteração nos preços de referência que permitiria a intervenção de mercado, sempre que preços anormalmente baixos possam ocorrer”. “Não podemos ir contra as regras estabelecidas e para poder alterar as regras temos de buscar alianças e compromissos com outros estados que sejam sensíveis a esta situação”, assinalou ainda.

Pedro Passos Coelho comentou a situação “excepcional” dos Açores, região que, alertou, “não têm uma grande possibilidade de diversificar os investimentos na área agrícola” e, “como região ultraperiférica, necessitaria de ter um tratamento de excepção nesta matéria”.

Ainda a propósito dos preços demasiado baixos do leite, recordou a intenção de o Governo “poder antecipar alguns dos pagamentos que são feitos aos agricultores para prevenir ou amortecer esta quebra de rendimento maior que está a ocorrer”.

Venda do Novo Banco será o melhor que o Banco de Portugal conseguir

O Primeiro-Ministro aguarda que o resultado da negociação da venda do Novo Banco seja “o melhor que o Banco de Portugal conseguir alcançar”. Reafirmando a confiança no governador do Banco de Portugal, Carlos Costa, e naquela instituição, o chefe do Governo disse rever-se na estratégia adoptada pelo regulador. “Apoiamos os esforços que o Banco de Portugal tem vindo a fazer para concluir essa operação”, venceu. Passos Coelho disse não “especular” sobre essa matéria, sublinhando ser “natural que o governador possa ter uma ideia mais precisa do que pode vir a ser o resultado da operação”. Ainda sobre o processo, o primeiro-ministro recordou que a lei obriga que aquela operação seja concluída, em todos os seus detalhes, no prazo máximo de dois anos. “Um já decorreu e é natural que o Banco de Portugal queira diminuir a incerteza para os bancos que participam do Fundo de Resolução e para todo o sistema financeiro, promovendo a venda do Novo Banco”, concluiu.



Modernizar a União Europeia



O Primeiro-Ministro português entende que a União Europeia (UE) precisa de “fazer mais, e urgentemente” face a conflitos como os da Síria e do Iraque, através de “um renovado envolvimento político”. “A União e os seus membros precisam de fazer mais, e urgentemente, para enfrentar as crises externas com que nos deparamos. Os conflitos na Líbia, na Síria, no Iraque, no Iémen ou na Eritreia precisam de um renovado envolvimento político por parte da União e da comunidade internacional, ao mesmo tempo que nos empenhamos de forma vigorosa na ajuda às centenas de milhares de pessoas que chegam à Europa refugiadas destes conflitos”, declarou Pedro Passos Coelho, no final de um encontro com o Primeiro-Ministro britânico, David Cameron, na residência oficial de São Bento, em Lisboa, 4 de Setembro.

No que respeita ao apoio aos refugiados, o Primeiro-Ministro português reiterou que Portugal “está disponível para activamente contribuir para este esforço”. O chefe do executivo considera que Portugal tem uma “conhecida vocação humanista” no que respeita ao acolhimento de refugiados. “Fizemo-lo em diversos momentos da nossa história, como quando, no final da Segunda Guerra Mundial, acolhemos milhares de crianças austríacas, que necessitavam de recuperar dos traumas da guerra, quando, no final da década de 90, recebemos milhares de kosovares, ou quando, hoje em dia, acolhemos cidadãos sírios que, ao abrigo da Plataforma Global de Apoio aos Estudantes Sírios, frequentam as nossas universidades”, apontou.

Debate aberto sobre propostas de David Cameron

O Primeiro-Ministro afirmou esperar que haja um debate aberto sobre as propostas de reforma da União Europeia a apresentar pelo Governo britânico, mas defendeu que é preciso salvaguardar a liberdade de circulação de pessoas. “Estamos convictos de que a pertença à União Europeia é profundamente vantajosa para os nossos países e para os nossos cidadãos. Esperamos que, com base num conjunto de propostas que o Reino Unido deverá, em breve, apresentar, seja possível ter um debate aberto, que permita encontrar a melhor forma de fazer as mudanças que são necessárias, para que todos tiremos o melhor partido do projecto europeu e para que, em particular, os cidadãos do Reino Unido reconheçam inequivocamente as suas vantagens”, afirmou Passos Coelho.

Em seguida, o chefe do executivo defendeu que é preciso “encontrar soluções consensuais que protejam os valores da União enquanto projecto humanista e de paz, e que salvaguardem as liberdades fundamentais, incluindo a circulação de pessoas”, que apontou como “a base da União” e das “sociedades modernas e abertas” dos seus Estados-membros.

“Estou certo de que será possível trabalhar em conjunto para, como sempre no passado da União, encontrar as respostas que nos sirvam a todos e que protejam quer o Estado social britânico, quer os direitos dos milhares

de portugueses que, em tempos de dificuldades, encontraram, por exemplo, emprego no Reino Unido, e assim contribuem também para o crescimento económico do Reino Unido”, acrescentou.

Segundo o Primeiro-Ministro português, “a União Europeia entrou hoje num debate político realizado em todos os países europeus” e tem de ser criada “uma relação virtuosa entre o espaço nacional e o espaço europeu”, que assegure “melhores soluções para todos, dentro do que são os objectivos fundadores da União Europeia”.

David Cameron está a iniciar uma segunda ronda de encontros para procurar apoios dos parceiros europeus para a sua agenda de reforma da União Europeia, que implica alterações aos tratados e inclui o reforço dos poderes dos parlamentos nacionais e a redução da liberdade de circulação de pessoas. A intenção anunciada pelo Primeiro-Ministro britânico é fechar estas negociações antes da realização de um referendo interno sobre a permanência ou saída do Reino Unido na União Europeia - um compromisso que assumiu na campanha para as eleições britânicas de 7 de Maio, que o seu partido venceu com maioria absoluta de mandatos.

Na declaração que leu aos jornalistas, Passos Coelho agradeceu a Cameron o interesse que manifestou em deslocar-se a Portugal para debater as suas propostas e concordou que é preciso “modernizar a União, as suas políticas e instituições”. O Primeiro-Ministro português apontou como desafios actuais da União Europeia “o crescimento económico” e a “crise dos refugiados”.

Depois, referiu que também tem propostas “para o aprofundamento da União Económica e Monetária”, que apresentou “antes do verão” e que “deverão ser debatidas ao longo dos próximos meses”.

Passos Coelho considerou que os governos de Portugal e do Reino Unido partilham “o interesse na promoção de uma agenda comercial ambiciosa” no sentido de uma maior abertura económica. “Convergemos, portanto, na necessidade de melhorias institucionais e políticas”, acrescentou.

Reino Unido vai receber “mais milhares” de refugiados sírios

O primeiro-ministro britânico, David Cameron, assegurou que o Reino Unido vai receber milhares de refugiados sírios a juntar aos 5.000 que já reinstalou, mas remeteu os pormenores para a próxima semana. “Aceitámos 5.000 sírios e criámos um programa específico de reinstalação (...) Vamos aceitar mais milhares, com este sistema que já existe, e vamos manter o número em revisão”, disse Cameron. Cameron frisou que a estratégia do seu Governo vai continuar a ser a de “retirá-los dos campos de refugiados”, para “lhes permitir uma rota mais directa e segura para o Reino Unido, em vez de arriscarem na perigosa viagem que tragicamente custou tantas vidas”.

O Primeiro-Ministro britânico, que falava à imprensa em Lisboa, numa declaração sem direito a perguntas, tem sido crescentemente criticado na Europa e no Reino Unido, incluindo pela ala eurocética do seu partido Conservador, pela falta de iniciativa em face da crise migratória que a Europa atravessa. “A Grã-Bretanha vai agir com a cabeça e o coração”, disse, depois de sublinhar que o país “tem uma responsabilidade moral” que tem cumprido, sendo dos que mais tem feito para ajudar os refugiados do conflito sírio. “Como segundo maior doador bilateral, demos mais 900 milhões de libras (12,3 milhões de euros) em ajuda aos afectados na Síria e na região. Financiamos abrigo, alimentos, água e medica-

mentos para milhões de pessoas que fogem do conflito”, em particular na Jordânia e na Síria, disse.

“Nenhum outro país europeu fez mais do que o Reino Unido neste aspecto”, acrescentou, frisando que “sem essa ajuda maciça, o número dos que fazem a perigosa viagem para a Europa seria ainda mais alto”.

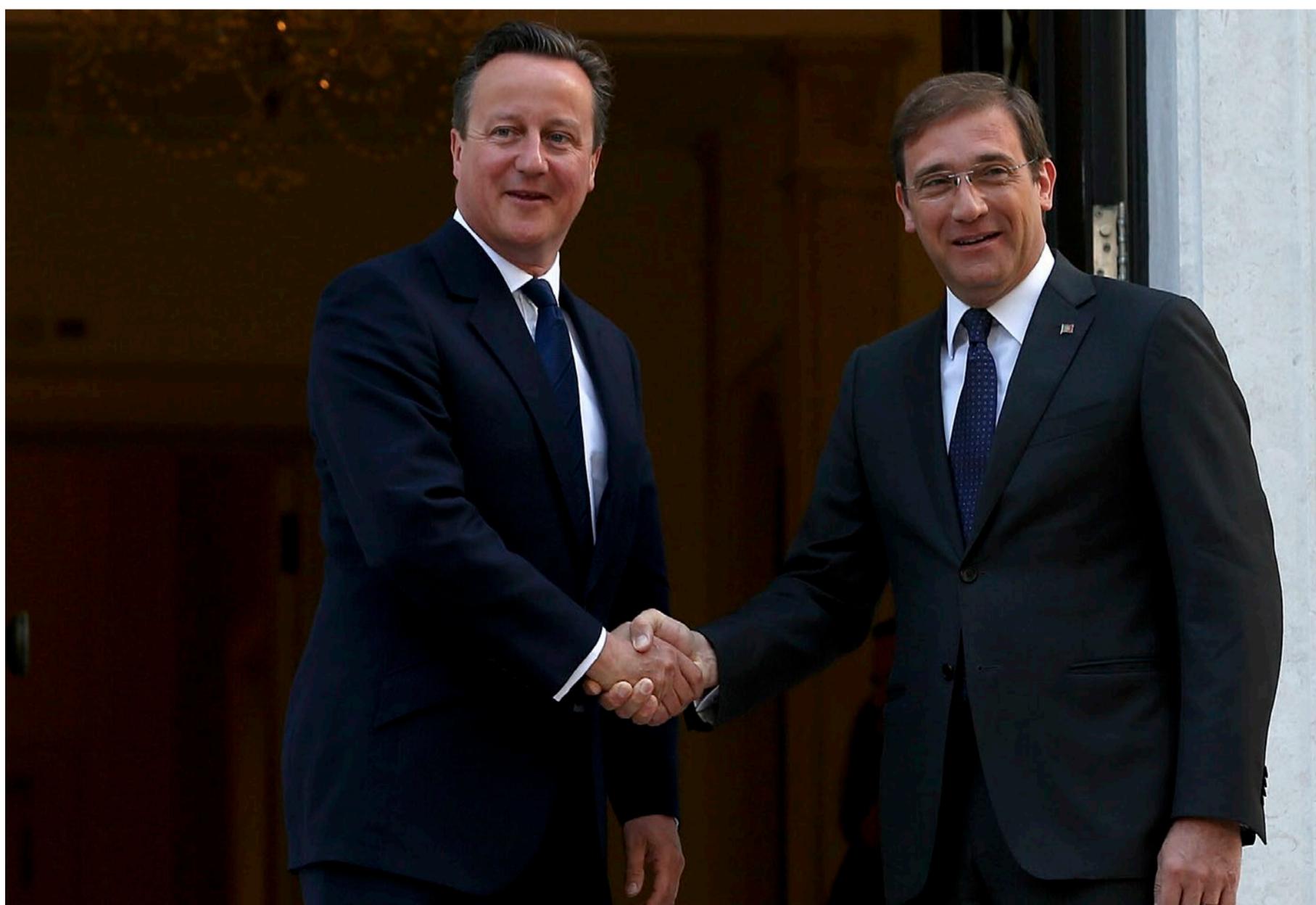
Cameron referiu ainda as missões da Marinha britânica no Mediterrâneo para frisar que o Reino Unido “vai continuar a salvar pessoas no mar”, como até agora, tendo já salvado 6.700 pessoas.

David Cameron defendeu a necessidade de reformas na União Europeia (UE) para a tornar mais competitiva, com menos “regulações desnecessárias” e mais soberania para os Estados membros. “As quatro áreas em que queremos reformas são competitividade, soberania, segurança social e governação económica”, disse. “No centro desta negociação há uma questão simples: a UE é suficientemente flexível para responder às diferentes

preocupações dos seus 28 Estados membros e para trabalhar em conjunto para ser mais competitiva? Penso que a resposta é sim”, sublinhou.

Segundo o Primeiro-Ministro britânico, na conversa com Passos Coelho ficou claro que os dois governos estão de acordo em “muitas áreas”. “Por exemplo: que a UE pode fazer muito mais para explorar o potencial do mercado único - nos serviços, energia e sector digital - ou que haja menos regulações desnecessárias ao nível europeu”, disse, saudando que a actual Comissão Europeia, presidida por Jean-Claude Juncker, esteja “a produzir menos propostas legislativas”. “Também acreditamos ambos num papel mais forte para os parlamentos nacionais”, disse ainda, frisando que as reformas que pretende beneficiarão “não apenas o Reino Unido e Portugal, mas todos os países da UE”.

Depois de Lisboa, o Primeiro-Ministro britânico esteve em Madrid no âmbito de uma segunda ronda de contactos para discutir as reformas que pretende aplicar na UE.





“Fazer mais e melhor” para resolver problema das migrações

“Todos na Europa” precisam de “fazer mais e melhor para resolver o problema das migrações”. O líder do governo português rejeita que se ponha em causa a liberdade de movimentos no espaço europeu. Passos Coelho assumiu esta posição durante uma iniciativa da coligação, de apresentação de candidatos pelo círculo eleitoral de Lisboa, dia 2. O chefe do Governo considera que “esse problema tem de ser olhado e atacado nos países de origem das migrações, nos países que servem também de passagem desses migrantes”, procurando que “muitas das razões que levam dessas pessoas a fugir à fome, à guerra, a condições extremas se possam alterar no futuro”.

“Mas, até lá, temos a responsabilidade ética e moral de sermos solidários com aqueles que nos procuram, articulando melhor as nossas respostas, sem pôr em causa a nossa liberdade de movimentos, organizando-nos melhor no espaço europeu, para os acolher e também organizando-nos melhor em Portugal para poder acolher uma parte desses migrantes que aqui queiram viver connosco, lutar connosco, crescer connosco e ajudar-nos a fazer um país diferente e mais ambicioso connosco também”, acrescentou o presidente do PSD.

Antes, referindo-se a Portugal, Passos Coelho afirmou: “Nós soubemos ser solidários na nossa crise quando enfrentámos os nossos problemas e aqueles que estavam mais vulneráveis, temos alguma ideia seguramente das dificuldades e até do desespero por que passam muitos daqueles que olham para a Europa e vêem nela também um horizonte de progresso e de realização para si próprios. E não somos indiferentes às notícias que infelizmente nos assaltam com regularidade e que mostram até onde as pessoas estão disponíveis para arriscar para terem essa oportunidade de chegar à Europa”.

O chefe do Governo introduziu este tema no seu

discurso dizendo que Portugal não é um país isolado e tem de olhar para o mundo, e a este propósito falou dos emigrantes portugueses. “Temos portugueses espalhados por todo o mundo há muitos séculos, mas em grande número seguramente há mais de 60 anos. Temos, portanto, várias gerações de portugueses que são embaixadores importantes de Portugal e que podem também hoje olhar para o nosso país de outra maneira, e ajudar-nos a olhar para o mundo de outra maneira também”, disse.

Depois, o Primeiro-Ministro advertiu que a Europa, como Portugal, “tem problemas demográficos” e “precisa

de crescer mais e de se abrir mais”. “Tive oportunidade de dizer que a Europa precisava de olhar também para o fenómeno das migrações com outros olhos. Todos nós na Europa precisamos de fazer mais e melhor para resolver o problema das migrações”, disse.

Segundo o Primeiro-Ministro, “a Europa sozinha não tem a possibilidade de sozinha resolver os problemas das migrações dentro do espaço europeu, esse problema tem de ser olhado e atacado nos países de origem das migrações, nos países que servem também de passagem desses migrantes”. “Temos de encontrar formas com os parceiros



que temos nesses países de melhorar a governação, de melhorar as condições de investimento que permitirão que muitas das razões que levam essas pessoas a fugir à fome, à guerra, a condições extremas se possam alterar no futuro”, acrescentou.

PSD e CDS-PP apresentam-se aos portugueses com os resultados da governação

O presidente do PSD enalteceu a redução do défice e da despesa pública ao longo deste ano, que assinalou ser de eleições legislativas, e desafiou a que se procure um exemplo semelhante. “O nosso défice continua a baixar,

e também baixa porque baixa a despesa do Estado. E este é ano de eleições”, declarou Pedro Passos Coelho, durante a sessão.

Passos Coelho, que é o cabeça de lista da coligação “Portugal à Frente” neste círculo eleitoral, acrescentou: “Procurem outra data no Portugal democrático em que, em ano de eleições, os governos baixassem a despesa a pensar no futuro dos portugueses. Procurem outro ano. Fazemo-lo, portanto, porque sabemos que é a nossa obrigação moral defender o futuro para os portugueses e respeitar a sua inteligência”.

Numa alusão à anterior governação do PS, o presidente do PSD considerou que “os eleitores evidentemente são

inteligentes e sabem observar a diferença entre aqueles que baixam impostos e aumentam salários a pensar nas eleições, e aqueles que reduzem a despesa do Estado e fazem aquilo a que se comprometeram para salvaguardar um futuro melhor”.

Na sua intervenção, Passos Coelho sustentou que “os portugueses estarão menos receptivos à demagogia fácil agora que conhecem os resultados efectivos da governação” dos últimos quatro anos, e associou a maioria à estabilidade política, dramatizando um eventual cenário de instabilidade. “Os países que são mais desenvolvidos, mais prósperos, mais avançados são países que não perderam tempo o melhor do seu tempo a negociar governos a cada dois anos, a lutar pelas questões de estabilidade, a saber calcular quanto custa o impacto de cada mudança governativa nas estruturas públicas, na sociedade civil, nas instituições da sociedade. Não há nenhuma razão para que Portugal não seja, portanto, um país mais próspero, mais avançado, que privilegie a estabilidade e, depois, a convicção do caminho que ela permite trilhar”, disse.

No mesmo sentido, acrescentou que PSD e CDS-PP, “com muita humildade apresentam-se portanto aos portugueses com os resultados da sua governação e dando apenas como penhor da sua visão de futuro o seu compromisso com a melhoria dos rendimentos dos portugueses, a estabilidade com que eles devem encarar o futuro, e não o sobressalto, a experiência que se acumulou em resultados palpáveis, e não a incerteza e o risco de propostas menos bem medidas, menos bem pensadas”.



Portugal está a “apontar na direcção certa”

O Primeiro-Ministro insistiu na necessidade de respostas europeias aos problemas resultantes do fim das quotas leiteiras, mas admitiu que o Governo vai avançar com medidas nacionais, na área da segurança social e linhas de crédito. Durante o discurso na AgroSemana - Feira Agrícola do Norte, na Póvoa de Varzim, distrito do Porto, dia 4, Passos Coelho falou dos impactos nos agricultores portugueses resultantes do fim das quotas leiteiras, defendendo que em Bruxelas sejam tomadas “decisões que sejam comuns” porque não é possível dizer que “a política agrícola é comum e agora cada país que resolva os impactos deste problema”. “É muito importante que nós possamos ter ao nível europeu uma solução para este problema”, enfatizou no entanto, que o Governo não deixará de fazer tudo o que estiver ao seu alcance em termos nacionais.

O Primeiro-Ministro antecipa que “a muito breve prazo a senhora ministra [da Agricultura] estará em condições de divulgar, juntamente com a área da segurança social, medidas que permitam que as comparticipações à segurança social possam ter um regime mais favorável no período de maior dificuldade que os agricultores estão a viver justamente por causa destes problemas”. “É muito natural também que possamos vir a abrir linhas de crédito especiais, que permitam que as explorações que queiram fazer opções de diversificação o possam fazer”, enalteceu.

Passos Coelho foi peremptório: “nós conseguiremos ter soluções que procurem atenuar estes efeitos enquanto outras respostas não vierem, mas precisamos de respostas europeias”.

Para o Primeiro-Ministro, não é possível “estar numa Europa ‘à la carte’”, ou seja, não se pode “bater muito na Europa quando as coisas nos desagradam e elogiar muito a Europa quando as coisas nos sorriem”, sendo necessário tomar a participação na União Europeia como um todo.

Passos Coelho explicou ainda que “por uma questão de escala” nunca seria possível a Portugal fazer compensações aos agricultores “ao mesmo nível que elas podiam ser feitas em Espanha ou em França ou noutros países”, o que “penalizaria de uma forma injusta o esforço que os agricultores portugueses fizeram”. “Não sei o que vai resultar dessa reunião de segunda-feira. Nós temos procurado atrair para as nossas posições o maior número de parceiros possível. É importante que cada país não fique a olhar apenas para o seu problema porque se isso acontecer nós não teremos uma resposta na próxima semana que seja verdadeiramente comum e europeia”, defendeu.

O governante recordou que a preferência de Portugal era que fosse possível garantir preços de referência mais

realistas, mais adequados, sendo necessárias medidas de compensação efectiva ao rendimento dos agricultores.

“Alguma coisa se vai resolver na próxima semana, que venha ao encontro das nossas pretensões. Seja exactamente a medida que propusemos ou outra que tenha efeitos semelhantes”, disse.

Durante a cerimónia de assinatura do acordo de colaboração entre o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e a Câmara de Vila Nova de Gaia, o líder do Executivo frisou que a tendência a médio prazo é a diminuição da taxa de desemprego e, enquanto isso se mantiver, o país está no rumo certo. “Estamos a apontar na direcção certa, claro que não é de um dia para o outro que



resolvemos estes problemas estruturais e estes desacertos, mas os números mostram que as colocações, portanto o emprego gerado, tem vindo a ser constantemente crescente”, realçou. “Todos queremos que a recuperação não seja ocasional e conjuntural, todos estamos interessados em que o território, as empresas e os cidadãos possam encarar o futuro com mais confiança, percebendo que podem ter mais rendimento associado a intervenções mais equilibradas, empresas mais equilibradas e voltadas para o exterior onde a procura cresce”, sustentou.

Se assim for, Pedro Passos Coelho salientou que nos próximos anos as pessoas que passaram por tempos “tão difíceis”, preocupações e ansiedades, podem ver aqui uma “mensagem de esperança”. “Vi tantas pessoas com dificuldades e aflições nestes anos que julgo que é importante transmitir-lhes uma mensagem de confiança no futuro, não uma confiança ilusória, mas uma confiança cimentada no trabalho que estamos todos a produzir”, sustentou.

Para o chefe do governo, Portugal só pode continuar esta recuperação se “todos” estiverem empenhados e a “remar para o mesmo lado”. “Independentemente das preferências partidárias que os portugueses possam ter em cada ocasião, o que eles mais querem hoje é que a recuperação seja resultado do esforço colectivo que fomos fazendo e possa servir no futuro para alcançar níveis de prosperidade mais elevados do que temos hoje”.



Consenso político-partidário no apoio aos refugiados

Numa visita ao Instituto de Emprego e Formação Profissional de Braga, o chefe do Governo reiterou o “número de refugiados que Portugal poderá vir a acolher” “será sensivelmente superior aquele que tem estado em cima da mesa, porque as necessidades também tem vindo a crescer”.

Passos Coelho entende ser “muito importante que, do ponto de vista político-partidário, esta questão seja tratada de uma forma tão consensual quanto possível, porque o país precisa de se mobilizar no seu conjunto para responder a esta crise humanitária”. “Não creio que isso nos divida, sinceramente. E teremos todos muito que fazer e boas ideias com certeza a aportar de modo a preparar o terreno para que os refugiados possam ser devidamente integrados em Portugal”, defendeu.

Passos Coelho afirmou que mais do que o anúncio do número de refugiados que Portugal vai acolher, importa

tratar desta integração, uma vez são “pessoas que trazem situações muito difíceis na sua história pessoal, que têm necessidades de respostas muito específicas”, como a questão da língua, acesso à educação e à saúde e acesso às políticas de emprego. “Não é uma tarefa simples, fácil, basta dizer que Portugal passou por uma crise importante em que muitas pessoas - não estavam nestas condições - mas tinham situações de desemprego, de vulnerabilidade económica e social e o Estado não pode deixar também de atender à satisfação dessas necessidades”, sublinhou.

Para o governante, é preciso “preservar um equilíbrio” entre aquilo que é a capacidade de Portugal ser solidário “cá dentro” com a capacidade de o país de ser solidário “com os refugiados que estão associados a uma crise humanitária que há muitos anos não era sentida na Europa”. “É preciso uma resposta europeia. Ela está a ser preparada. Existe um pedido para aumentar significativamente as recolocações que estavam apontadas no Conselho Europeu. Nesta altura, pensa-se que pode ser necessário encontrar pelo menos cerca de 160 mil recolocações no território europeu”, enumerou.

Para Passos Coelho, “a Europa precisa de fazer mais e melhor”, mas, por outro lado, “cada país precisa também de se organizar para ir ao encontro dessas necessidades”.

O Primeiro-Ministro expressou que Portugal deverá acolher 1400 refugiados concentrados na Grécia e no sul de Itália. “O valor que tem estado em cima da mesa e que tem nesta altura a nossa concordância é pouco mais de 1400 [refugiados], mas seja como for, o nosso objectivo é encerrar esta discussão de forma a resolver o problema”, declarou o Primeiro-Ministro em Málaga (Espanha), onde esteve em visita ao destacamento nacional que participa na operação Indalo, da agência Frontex, instituição com a qual Portugal colabora desde 2011 em operações conjuntas no âmbito da detenção de fluxos migratórios ilegais no Mediterrâneo.

A 26 de Junho, no final do Conselho Europeu em Bruxelas, o Primeiro-Ministro tinha afirmado que Portugal preconiza um ajustamento dos critérios que indicam que o país deveria acolher 2.400 pessoas. O chefe do executivo afirmou que “não é verdade que haja uma diminuição [do número de refugiados que Portugal deverá receber]. O que houve foi um trabalho feito na base voluntária entre todos os Estados para tentar atingir um volume global da União Europeia de recolocação e reinstalação de cerca de 50.000 imigrantes”.

Passos Coelho esclareceu ainda que não havia uma decisão quanto àquilo que representava o esforço que cada Estado membro iria fazer para efeitos de recolocação e reinstalação de imigrantes, mas antes uma intenção manifestada pela Comissão Europeia, que apontava para que Portugal pudesse acolher 2400 pessoas: “O que havia era uma intenção anunciada pela Comissão Europeia que mereceu logo, nomeadamente da minha parte e do Governo Português, uma observação pronta; a de que nós precisávamos de fazer mais, iríamos fazer mais, para, solidariamente, receber imigrantes, mas que não o podíamos fazer dentro daquela indicação que tinha sido inicialmente proposta pela Comissão Europeia”.

Caso aceitasse a indicação da Comissão Europeia, isso significaria que, apesar das diferenças, quanto ao desemprego e ao volume de negócios do Produto Interno Bruto, Portugal ficaria “praticamente ao mesmo nível da Holanda” que, segundo Passos Coelho “tem condições muito diferentes” para acolher mais imigrantes do que Portugal.

A Agenda para a Migração foi um dos temas que dominou o Conselho Europeu do final de Junho com a reunião a dedicar várias horas à discussão da proposta da Comissão Europeia para o acolhimento de migrantes.

Marco António Costa

“Apresentamos resultados”



O vice-presidente coordenador do PSD reiteram que os dados do INE comprovam a recuperação do crescimento económico e a redução do desemprego, considerando que ao contrário dos outros que fazem promessas, o Governo apresenta resultados. Em conferência de imprensa na sede distrital do PSD/Porto, Marco António Costa enfatizou que os dados divulgados pelo INE estão em linha com as previsões do Governo e “reforçam o sentimento de recuperação social e económica que Portugal está a trilhar”. “Contrariamente a outros que fazem promessas, aquilo que nós apresentamos são resultados que queremos garantir para o futuro”, comparou, garantindo que a análise destes dados “não comporta nenhum triunfalismo”.

Segundo a estimativa provisória divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a taxa de desemprego desceu 0,2 pontos percentuais em Julho face a Junho, para 12,1 por cento, tendo também hoje sido divulgado que a economia portuguesa cresceu 1,5 por cento no segundo trimestre de 2015 face ao período homólogo e registou um crescimento em cadeia de 0,4 por cento. “Os dados estatísticos divulgados hoje pelo INE devem merecer a maior atenção pelo facto de comprovarem a recuperação do crescimento da economia portuguesa, mas também a redução sustentada do desemprego”, disse o porta-voz social-democrata.

Na opinião de Marco António Costa, “estes resultados positivos são um estímulo para que o Governo continue a realizar o trabalho, garantindo que o país sem aventureirismos continue a seguir este rumo seguro de crescimento económico, de redução sustentada do desemprego bem como de crescimento do emprego”. “A par do crescimento económico importa sublinhar a diminuição da taxa mensal de desemprego do mês de Julho, quer em cadeia, quer

em termos homólogos. Importa também salientar de uma taxa mensal de desemprego e por isso corrigida de sazonalidade”, observou.

Segundo o porta-voz social-democrata, “face a Julho de 2014 hoje temos menos 107 mil pessoas desempregadas, o que constitui um valor muito relevante do ponto de vista social”. “Continuam a existir muitos portugueses à procura de um posto de trabalho e essa deve ser a nossa preocupação central em toda a actividade política que o Governo está a realizar”, considerou.

O social-democrata destacou ainda que “nos últimos 30 meses há uma redução sustentada do desemprego e

um crescimento sustentado de emprego”, uma vez que face a Janeiro de 2013 “hoje há mais 233 mil pessoas empregadas”.

Questionado sobre o facto de os dados revelarem que em relação à estimativa definitiva da população empregada manteve-se praticamente inalterada em Junho em relação ao mês anterior, interrompendo acréscimos consecutivos verificados desde Fevereiro de 2015, Marco António Costa recordou que “face ao início desta legislatura há menos 32 mil pessoas desempregadas do que em Junho de 2011”. “Num balanço de legislatura há uma recuperação do emprego e uma diminuição sustentada do desemprego”, destacou.



Propostas socialistas reconhecem que Portugal está melhor

O líder parlamentar do PSD considera que as promessas do PS são o reconhecimento de que o país está hoje em condições de remover a austeridade a que o último governo socialista obrigou. “O Partido Socialista reconhece que há hoje condições para que a economia possa gerar um dinamismo que tenha mais receita, menos desemprego e, por via disso, condições para remover a austeridade que desde 2010, com o último governo do partido socialista, tivemos de ter em Portugal”, declarou, em conferência de imprensa na sede do PSD em Aveiro.

O presidente da bancada parlamentar do PSD e cabeça de lista por Aveiro da coligação Portugal à Frente (PSD/CDS-PP) comentou assim a anunciada reposição dos salários da função pública, por parte do PS, regozijando-se por “o PS entender que o país tem hoje uma economia suficientemente pujante e uma diminuição do desemprego consistente”, para o poder fazer. “Nós somos mais prudentes e o nosso plano é conhecido: estamos já em 2015 a devolver aos funcionários públicos parte da redução salarial que desde 2010 esteve em vigor, com o governo de Sócrates, e tencionamos repor no prazo de mais três anos”, frisou o líder parlamentar.



Luís Montenegro desafiou o PS a clarificar a sua proposta para a sustentabilidade da Segurança Social, em que considerou haver “uma confusão enorme” do lado socialista, “sendo muito difícil saber quem é, afinal, o porta-voz”. “No Partido Socialista toda a gente dá palpites sobre as propostas da segurança social, mas ninguém consegue determinar com conta, peso e medida, o alcance das propostas, o que é mau para o esclarecimento dos portugueses”, criticou.

A propósito da utilização das verbas do fundo de estabilização da segurança social, o cabeça de lista da coligação referiu que primeiro veio o deputado Pedro Nuno Santos “dizer que essas verbas deviam ser utilizadas para aquisição de imóveis devolutos”, depois António Costa adiantar que uma parte, cerca de 10 por cento desse fundo [1400 milhões de euros] deviam ser alocados a reabilitação urbana e agora o deputado João Galamba que “nem é uma coisa nem outra, porque o que está em causa é fazer obras de beneficiação dos imóveis já propriedade da Segurança Social”.

De acordo com Luís Montenegro, a confusão socialista começou “com os avanços e recuos” na proposta de diminuição da taxa social única, “sem nunca explicar o valor”, em termos de perda de receita da segurança social. O líder socialista “veio depois com a proposta nova de aproveitar as receitas das portagens” para financiar o sistema de Segurança Social, quando “as portagens são deficitárias, mesmo para o financiamento da rede viária”. “Já tínhamos a certeza de que o Partido Socialista não iria estar disponível para termos uma convergência de posições em matéria de Segurança Social. Agora sabemos algo um pouco pior: é que há um grande ziguezague nas propostas do partido socialista, demonstrativas de que não sabe bem o que quer”, concluiu.

PS reage mal a “processos transparentes”

O líder da distrital do PSD do Porto afirmou que o PS “lida e reage mal a processos transparentes”, referindo-se a críticas da socialista Ana Paula Vitorino à subconcessão da Metro do Porto e da STCP. “Ao contrário do passado, hoje em dia estamos perante um processo completamente transparente”, afirmou Virgílio Macedo à agência Lusa.

O presidente da distrital do PSD do Porto reagiu desta forma às críticas lançadas pela deputada socialista Ana Paula Vitorino à subconcessão da Metro do Porto e da STCP. Virgílio Macedo considerou ainda que “processo mais transparente não podia haver”, sublinhando que “não houve qualquer subjectividade em termos de escolha da empresa vencedora”. “O que é de realçar é que os utentes, tanto da Metro como dos STCP irão continuar a poder usufruir de um excelente serviço público de transportes na cidade do Porto”, acrescentou.

O líder distrital do PSD do Porto declarou não fazer qualquer sentido esta afirmação da socialista e sublinhou que a subconcessão dos transportes do Porto representa um “sucesso para o Governo”. “Hoje os portuenses podem reconhecer que todas aquelas dúvidas que existiam à volta desta concessão não tinham razão de ser e que poderão continuar a usufruir de transportes públicos de qualidade”, frisou.



200 milhões de euros para travar erosão costeira



À margem da visita às três obras em fase de conclusão na frente marítima e núcleo urbano da Pedra Alta, Castelo de Neiva, Viana do Castelo, o ministro do Ambiente afirmou que está “prevista para Setembro a apresentação de uma candidatura dos novos fundos europeus para avançar com intervenções prioritárias no litoral”. Ao mesmo tempo, reafirmou, está-se a “investir com os fundos existentes do Programa Operacional Temático de Valorização do Território (POVT), e estão a abrir candidaturas aos novos fundos para que não haja nenhum hiato ao nível dos projectos do litoral”.

O governante sublinhou que aquele montante terá como prioridade “a protecção de pessoas e bens, e não o embelezamento”. “Do lado do Estado os investimentos estratégicos são de resiliência, e protecção do território, para mitigar efeitos das alterações climáticas. Os 200 milhões de euros estão totalmente alocados à protecção costeira”, frisou.

Moreira da Silva adiantou que aquela candidatura resulta da “capacidade para antecipar as tendências futuras, e da investigação do grupo de trabalho do Litoral, liderado pelo professor Filipe Duarte Santos, que “antecipou os riscos que a costa portuguesa enfrenta, identificou a necessidade de alimentação artificial, e de reequilíbrio

dos nossos sedimentos”. “A costa norte tem uma complexidade e vulnerabilidade conhecida, quer pela erosão costeira quer pelo forçamento oceânico e varrimento dos nossos sedimentos”, explicou.

Além de Viana do Castelo, Moreira da Silva visitou em Caminha as obras da Polis Litoral Norte, de recuperação do sistema dunar da Duna dos Caldeirões e valorização ecológica do pinhal da Gelfa. As intervenções na Duna dos Caldeirões representam um investimento de 426 mil euros e Pinhal de Gelfa, de 313 mil euros. Além de Caminha e Viana do Castelo, também o concelho de Esposende integra a zona de intervenção da Polis Litoral Norte, onde, segundo o ministro do Ambiente, foram investidos nos últimos seis anos cerca de 30 milhões de euros em zonas costeiras de risco.

Jorge Moreira da Silva assegura que o Governo fez o trabalho que lhe competia em matéria de protecção de bens e pessoas nas zonas costeiras. No último inverno, a praia da Vagueira, em Aveiro, foi atingida por um temporal, mas agora, graças a um investimento de 25 milhões de euros, toda a zona dunar está a ser reposta e o passadiço a ser reconstruído. O ministro destaca a necessidade de o próximo Governo defender a costa.

Internacionalização do cinema tem de ser a longo prazo

A aposta na internacionalização do cinema e audiovisual portugueses tem de ser pensada a longo prazo, independentemente de quem estiver no Governo, afirmou o secretário de Estado da Cultura, Jorge Barreto Xavier. No final da sessão de lançamento do Ano do Cinema e Audiovisual, dia 31 de Agosto, na Cinemateca Portuguesa, Jorge Barreto Xavier reconheceu que “manda o bom senso” que essa aposta de internacionalização do sector seja feita numa estratégia a dez ou vinte anos. “Independentemente de quem seja o governo, esse trabalho tem de ser feito”, disse o secretário de Estado da Cultura, a um mês das eleições legislativas.

O Ano do Cinema e Audiovisual, que decorrerá até Setembro de 2016 com iniciativas como ciclos de cinema português fora de Portugal, foi apresentado por Barreto Xavier como “um sinal de um trabalho que tem de ser feito em diversos territórios, como, por exemplo, o brasileiro”. “Não temos tido um crescimento de audiências do público de cinema no estrangeiro que seja proporcional ao reconhecimento do cinema” ao nível da crítica e dos prémios conquistados em festivais, disse à Lusa, referindo que o orçamento para as acções de internacionalização será de 100.000 euros.

Foi já anunciada a realização de uma Festa do Cinema Português em 2016, em Pequim, e Jorge Barreto Xavier referiu ainda a intenção de marcar presença em mais mercados de negócios de cinema e audiovisual. Em 2016 deverá acontecer em Lisboa, um desses eventos em coordenação com o Brasil.



Conselho de Ministros de 3 de Setembro de 2015

1. O Conselho de Ministros autorizou a criação pelo Estado, com a natureza de associação de direito privado sem fins lucrativos e por tempo indeterminado, do Centro Internacional para a Formação Avançada em Ciências Fundamentais de Cientistas oriundos dos Países de Língua Portuguesa, com sede em Lisboa. O Centro funcionará sob os auspícios da Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura (UNESCO), com abrangência internacional, nos termos do Acordo assinado entre o Estado Português e a UNESCO. O Centro tem por missão promover a formação avançada e o desenvolvimento científico e tecnológico, bem como o ensino, a comunicação e disseminação de conhecimento e a cooperação nacional e internacional na área das ciências fundamentais.

2. O Conselho de Ministros procedeu à primeira alteração do diploma que estabelece as regras gerais de aplicação dos programas operacionais e dos programas de desenvolvimento rural financiados pelos fundos europeus estruturais e de investimento, para o período de programação 2014-2020. Esta alteração faz ajustamentos relativos ao prazo de decisão final, quando sejam apresentadas alegações em sede de audiência dos interessados durante o processo de candidatura, bem como ao regime de responsabilidade subsidiária dos titulares de órgãos de direcção, de administração ou de gestão. É ainda criada a possibilidade de recurso a um sistema de financiamento específico para situações excepcionais devidamente fundamentadas, no âmbito de projectos co-financiados pelo Fundo Social Europeu.

3. O Conselho de Ministros aprovou, no âmbito da concessão de incentivos fiscais, minutas de aditamento a dois contratos de investimento e a resolução de quatro contratos fiscais de investimento e respectivos anexos, celebrados entre o Estado Português e diversas sociedades.

As minutas de aditamento, que obtiveram parecer favorável do Conselho Interministerial de Coordenação dos Incentivos Fiscais ao Investimento, decorrem de alterações substanciais dos pressupostos iniciais e são relativas às seguintes entidades: AMS BR Star Paper, S.A., onde se verificou alteração da estrutura accionista; e Continental Mabor Indústria de Pneus, S.A., em resultado de pedido de prorrogação do período de investimento (81,58 milhões de euros) em mais 7 meses.

Com a AMS foram celebrados contratos fiscais de investimento em 2009 e 2010 (projecto de raiz), com um investimento de cerca de 48,6 milhões de euros e a criação de 114 postos de trabalho, e um outro em 2014, com um investimento de cerca de 39,2 milhões de euros, a criação de 71 postos de trabalho e a manutenção de 118.

O contrato com a Continental Mabor Indústria de Pneus, S.A., celebrado em 2012, prevê um investimento de cerca de 82,9 milhões de euros, a criação de 97 postos de trabalho e a manutenção de 1533.

Estes são projectos de investimento que o Governo considerou revestirem especial mérito e interesse para a economia nacional, reunindo as condições necessárias para a concessão dos incentivos fiscais legalmente previstos.

Relativamente à resolução dos quatro contratos, esta decorre de proposta feita pela AICEP após comunicação pelas empresas de que não se encontrariam em condições de cumprir os objectivos contratuais a que se tinham obrigado. Os contratos em causa foram celebrados com as seguintes empresas: Sabersal Promoção Turística e Imobiliária, S.A., em 2010, Solago Investimentos Turísticos, Lda., em 2010, Aeromec Mecânica de Aeronaves, S.A., em 2012, e Naval Ria Docas, Construções e Reparações Navais, S.A., em 2011.

4. O Conselho de Ministros aprovou a revisão do regime jurídico da Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A., (INCM).

Esta revisão, que visa ajustar as actividades confiadas à INCM à evolução entretanto verificada nos mercados em que a mesma atua, é determinado pelo novo quadro normativo aplicável ao sector público empresarial.

Dado que a INCM se rege pela lei comercial, enquanto sociedade anónima, determina-se que os estatutos da INCM sejam elaborados pelo conselho de administração e submetidos à aprovação da Assembleia Geral, no prazo de 90 dias.

Por outro lado, e considerando que os estatutos da INCM se mantêm inalteráveis há 15 anos, é conferida a necessária agilidade operativa de forma a permitir a modernização, a melhoria da posição no mercado nacional e iniciar um processo mais sólido de internacionalização dos produtos e serviços da INCM.

5. O Conselho de Ministros aprovou a orgânica do Instituto Hidrográfico (IH), consagrando as suas especificidades enquanto órgão da Marinha e laboratório do Estado.

É reforçada a natureza do IH enquanto laboratório do Estado, adaptando a sua estrutura ao quadro em vigor para as instituições que se dedicam à investigação científica e desenvolvimento tecnológico, salvaguardando as especificidades decorrentes de ser um órgão da Marinha.

6. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que define os termos da extinção, por fusão, do estabelecimento fabril do Exército denominado Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos.

As atribuições e competências do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos transferidas para a MM - Gestão Partilhada, E.P.E., para o Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA, I.P.), e para o Estado Maior General das Forças Armadas (EMGFA), através do Hospital das Forças Armadas (HFAR).

Esta solução assenta numa óptica de serviços partilhados, que permitam gerar sinergias capazes de garantir melhores capacidades a um custo menor, disponibilizando serviços a todas as entidades do Sistema de Saúde Militar, tendo presente as necessidades actuais e as previsíveis no curto e médio prazos, incluindo as das Forças Nacionais destacadas.

7. O Conselho de Ministros aprovou o reconhecimento do interesse público da Escola Superior Artística de Guimarães, com a natureza de estabelecimento de ensino superior politécnico.

Os ciclos de estudos cujo funcionamento se encontra autorizado nas instalações que a Escola Superior Artística do Porto possui em Guimarães transitam para a Escola Superior Artística de Guimarães.

8. O Conselho de Ministros aprovou a alteração do reconhecimento de interesse público do Instituto Superior de Línguas e Administração de Leiria. Este estabelecimento passa a ter a natureza de escola politécnica e a denominar-se ISLA, Instituto Superior de Gestão e Administração de Leiria.

9. O Conselho de Ministros autorizou a Polícia de Segurança Pública a realizar a despesa relativa à aquisição de bens e serviços para assegurar a manutenção e assistência técnica dos veículos multimarca adstritos aos Comandos Regionais e Distritais.

A aquisição é feita com recurso ao procedimento pré-contratual de concurso público, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, até ao montante máximo de aproximadamente 1,347 milhões de euros, para o ano de 2016. Prevê-se a possibilidade de renovação anual em 2017 e 2018, até ao montante máximo de 4,04 milhões de euros para os três anos.

Combater as desigualdades sociais é o grande objectivo da coligação



A cabeça de lista do PSD/Açores à Assembleia da República afirmou que o grande objectivo do futuro governo da coligação “é o combate às desigualdades sociais, visando oferecer mais qualidade de vida aos nossos idosos e a todos os cidadãos. Haverá uma aposta clara na mobilidade social para que tal aconteça”, disse, após reunir com os responsáveis da Santa Casa da Misericórdia em Santa Cruz e nas Lajes das Flores.

Berta Cabral lembrou que Portugal passou “por uma situação muito complexa do ponto de vista financeiro. Herdamos um país em pré falência, e foi o actual Governo da República que teve de levar a cabo a difícil recuperação em curso. Esse combate será uma grande prioridade para o governo que vai sair das eleições de 4 de Outubro, que acreditamos será formado pela coligação PSD/CDS-PP e vai ser liderado por Pedro Passos Coelho”, frisou. “Um Estado falido não é um Estado social, porque não há recursos para isso pelo que teve de haver uma atenção particular na recuperação económica, para agora se poderem combater as desigualdades sociais e ajudar aqueles que mais precisam”, referiu a candidata.

Berta Cabral lembrou que “isso que já começou a ser feito, com a devolução de 1/5 do ordenado aos funcionários públicos, já não houve cortes nas pensões em 2015, vamos

devolver cerca de 25% da sobretaxa relativa aos descontos de IRS de 2015, mas será 2016 certamente um ano melhor para olhar de outras formas as questões sociais”, garantiu.

Para a social-democrata, “há causas económicas, culturais, e até de ambiente familiar para os ciclos de pobreza e de exclusão social que as pessoas vivem, pelo que é essencial uma abordagem multidisciplinar para que se consiga a verdadeira mobilidade social, que crie emprego e condições para se viver melhor e de forma autónoma em Portugal e nos Açores”.

Berta Cabral fez um apelo ao voto dos açorianos “no PSD, de forma a contribuir para termos uma maioria que sustente o futuro Governo da República, que possa pôr em prática esses grandes objectivos”, adiantou.

No primeiro dia da deslocação à ilha das Flores, os candidatos do PSD/Açores à Assembleia da República reuniram com várias instituições de cariz social, com empresários e com a Associação Agrícola. Foi ainda realizada uma sessão de esclarecimento com militantes e simpatizantes do partido, nas Lajes.



Empenho do PSD/Açores na vinda das companhias de baixo custo para a Terceira



O Presidente do PSD/Açores reafirma, “de forma bem clara, perante os açorianos e os terceirenses em particular, a determinação e o trabalho do PSD/Açores e do Governo da República para que as companhias ‘low cost’ cheguem à ilha Terceira”. Falando numa conferência de imprensa, em Angra do Heroísmo, Duarte Freitas lembrou que o espaço aéreo “já está liberalizado para São Miguel e para Terceira”, pelo que “qualquer companhia aérea pode voar para cá desde o dia 29 de Março”.

“Aliás, as recentes notícias comprovam que temos um processo negocial em curso entre agentes privados e o Estado, e que visa a vinda das ‘low cost’ para a Terceira”, frisou

Duarte Freitas sublinhou que, num passado recente, “anunciei a baixa das tarifas aéreas entre os Açores e Lisboa e as tarifas baixaram. Anunciei a possibilidade de termos impostos mais baixos e os impostos baixaram. Anunciei o reforço das forças de segurança e ele aí está”.

“Anunciei que, a breve trecho poderíamos, ter as companhias aéreas de baixo custo na Terceira e tudo faremos para que tal se concretize, mesmo contra interesses políticos e comerciais que agora se denunciam aos olhos de todos”, afirmou o presidente do PSD/Açores. “O nosso objectivo é, e será sempre, o bem dos açorianos e, neste caso concreto, dos terceirenses”, concluiu Duarte Freitas.

Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: Vitor Crespo

Governo preocupa-se com Portugueses mais desfavorecidos

GRANDE AUMENTO DAS PENSÕES DE SEGURANÇA SOCIAL

O Governo tomou, no passado dia 2, importantes deliberações no domínio das pensões da segurança social, procedendo a uma actualização extraordinária do valor de pensões de invalidez e velhice e promo-

vendo uma significativa melhoria do esquema de pensões dos pescadores.

Qualquer das medidas resulta da preocupação do Governo, diversas vezes enunciada, de valorizar sensivelmente o poder de

compra dos pensionistas e, em geral, alargar as formas de apoio à população idosa e aos cidadãos mais desfavorecidos.

Estando em causa concretizar de modo eficaz princípios e aspirações de

justiça social, o Governo considerou de valorizar de modo particular as pensões dos trabalhadores do regime geral, que são os que mais contribuem. O aumento das pensões do regime especial dos trabalha-

dores agrícolas tem igualmente em conta o esforço contributivo do sector para a solidariedade social.

Assim:
1.º — O valor da pensão mínima de invalidez e velhice do regime geral de se-

gurança social, actualmente de 6900\$, é fixado em 10 000\$, o que representa um acréscimo de 45%. Esta medida abrange cerca de 500 mil pensionistas.

2.º — O valor das pen-

(Continua na página 4)

Ministra Leonor Beza ao «Povo Livre»

Os serviços de Saúde dirigem-se aos cidadãos e não aos profissionais de Saúde

- *O que eu peço aos médicos é que cumpram as obrigações que assumiram perante o S.N.S.*



«Povo Livre» — A Sr.ª Dr.ª é, no actual Governo, o único elemento feminino com o cargo de Ministro. Que significado atribui a esse facto?

Leonor Beza — Eu acredito que os cargos políticos, como aliás muitas outras posições na sociedade, devem poder ser ocupados por mulheres ou por homens consoante as aptidões e capacidade de cada um e o gosto que uns e outros têm por desempenhar esta ou

aquela função. Deste modo, considero totalmente normal que uma mulher ocupe o cargo de Ministro ou outro qualquer. Mas é evidente que se olharmos para os números e para a realidade portuguesa, a verdade é que hoje em Portugal há só uma mulher que é Ministro. Isto que é a nível dos princípios uma situação totalmente normal, de facto tem sido pouco corrente entre nós. Não atribuo mais ne-

num significado especial a isso, senão de que me sinto por esse facto particularmente responsabilizada. E sinto-me responsabilizada porque ao passo que ninguém julgará a capacidade dos homens por aquilo que os meus colegas Ministros estão a fazer no Governo, eu sei que aquilo que as Mulheres são ou não capazes de fazer, poderá vir a ser julgado por o que eu esteja a fazer. Isso faz com que para além, naturalmente, de me sentir responsabilizada como qualquer outra pessoa que exerça funções deste tipo, eu saiba, que aquilo que faço é importante em termos do julgamento que recai sobre as Mulheres. Isto é injusto mas é assim, e portanto se quer que eu atribua algum significado especial a esse caso eu diria que sei também, e isso me responsabiliza, que as Mulheres vão de alguma maneira ser julgadas comigo. É injusto, mas é de um certo modo inevitável no estado actual das coisas.

«P.L.» — Pensa que em Portugal a Mulher pode desempenhar um papel importante na sociedade?

L.B. — Eu penso que em Portugal as Mulheres desempenham um papel importante na sociedade. Só que em Por-

(Continua na página 2)

CAVACO SILVA NOS ESTADOS UNIDOS



O Primeiro-Ministro de Portugal termina hoje uma importante visita aos Estados Unidos da América, onde efectuou conversações ao mais alto nível, incluindo o Presidente Reagan. O Prof. Cavaco Silva aproveitou também esta sua deslocação para efectuar contactos com comunidades portuguesas ali radicadas. Na foto, Cavaco Silva ao ser acolhido pelo Secretário da Defesa, Caspar Weinberger, em Washington.

Edição n.º 624 do "Povo Livre", de 10 de Setembro de 1986.

Manchete: "Governo preocupa-se com Portugueses mais desfavorecidos: Grande aumento das pensões de segurança social". Vítor Crespo era o director do "Povo Livre".



Tempo para a economia

Jaime Quesado (*)

Precisamos de um Novo Compromisso para a economia portuguesa. Num tempo de mudança, em que só sobrevive quem é capaz de antecipar as expectativas do mercado e de gerir em rede, numa lógica de competitividade aberta, um Novo Contexto para a economia portuguesa não pode demorar. Face à real dimensão da crise internacional e à gravíssima situação da nossa economia, só com este Novo Contexto se conseguirá dar um passo em frente face ao futuro. Este compromisso deverá protagonizar uma nova atitude positiva face às cadeias de valor e às redes internacionais.

A economia portuguesa tem que se recentrar num novo paradigma centrado na mobilização dos Centros de Competência. É inequívoco o sucesso que nos últimos anos se tem consolidado na acumulação de Valor e Capital de Norte a Sul, nos diferentes Centros de Competência que proliferam pelo país. Chegou agora o tempo de dar a estes Centros dimensão global, no aproveitamento das suas Competências e na geração de criatividade e valor que eles podem induzir. A palavra de ordem tem que ser mais do que nunca Competição – competir de forma arrojada a partir de dinâmicas activas de cooperação entre os diferentes Centros de Competência.

Com os dados de recessão e aumento do desemprego em cima da mesa, estão dados os primeiros sinais para o imperativo de alterar de uma vez por todas o Modelo de Desenvolvimento Estratégico do país. No contexto dum Programa de Recuperação da Economia Europeia apresentado pela Comissão Europeia, as Autoridades Portuguesas têm que ser firmes na definição de uma “Agenda de Mudança” que mobilize os agentes empresariais e outros para as reestruturações que têm que ser levadas a cabo. Ou seja. Como o conceituado Professor de Harvard Michael Porter disse há vinte anos, quando cá esteve, têm que ser criadas as condições para que uma Nova Economia possa potenciar uma verdadeira Economia Nova para o país. Valor, Inovação, Competitividade, palavras-chave de uma agenda que se pretende consistente no futuro.

É importante por isso perceber que a aposta nos Factores Dinâmicos de Competitividade, numa lógica territorialmente equilibrada e com opções estratégicas claramente assumidas terá que ser a chave desta Mudança que agora tem que começar. Falta por isso em Portugal um verdadeiro Choque Operacional capaz de produzir efeitos sistémicos ao nível do funcionamento das organizações empresariais. O “novo paradigma” da Economia Portuguesa radica nesse sentido na capacidade de os resultados potenciados pela inovação e conhecimento serem capazes de induzir novas formas de integração social e territorial capazes de sustentar um equilíbrio global do sistema nacional. Só assim se conseguirá sair a sério da actual crise.

A participação empreendedora da sociedade civil neste amplo movimento de reflexão estratégica sobre as novas temáticas para o futuro do país fecha o circuito. São boas as notícias que nos chegam quanto à oportunidade de afirmação de Iniciativas como a Plataforma Construir Ideias na linha do capital de intervenção de prestigiados “Think tanks” como é o caso do Policy Network ou do Bruegel, entre outros. Também aqui a actualidade estratégica sobre os novos caminhos da economia portuguesa veio ao de cima, mostrando que se trata dum amplo modelo de renovação que exige a participação de todos. A Economia Portuguesa precisa de se reencontrar com o futuro e com estas apostas estratégicas estão garantidas as condições para um novo compromisso colectivo.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção
Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Barcelos, para reunir no próximo dia 18 de Setembro de 2015, (Sexta-feira), pelas 21h30, na Sede, sita na Av. Alcaldes de Faria, 270, 1º D, com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos
1 - Informações pela Comissão Política da Secção
2 - Análise da situação político-partidária

CHAVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Chaves para reunir no

próximo dia 18 de Setembro de 2015 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Avenida Tenente Valadim, 47, com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos
1 - Eleições Legislativas 2015
2 - Outros Assuntos

NÚCLEO DE ÁGUAS SANTAS / PEDROUÇOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Águas Santas / Pedrouços para reunir no próximo dia 21 de Setembro de 2015 (segunda-feira), pelas 21h00, no Auditório do espaço municipal da Casa do Alto - Pedrouços, sita na Rua António Simões, com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos
1 - Informações gerais
2 - Análise da situação política
3 - Outros assuntos

OLIVEIRA DO HOSPITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Oliveira do Hospital, para reunir no próximo dia 15 de Setembro de 2015, (terça-feira) pelas 22h00, na sede, sita na Rua António Canastrinha, Lote 12 - nº 1 - 1º B, com a seguinte

- Ordem de trabalhos:
1 - Informações.
2 - Legislativas 2015

TROFA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Trofa, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 16 de Setembro de

2015, (quarta-feira), pelas 21h15, na Sede, sita na Rua Camilo Castelo Branco, com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos
1 - Informações sobre as Eleições Legislativas
2 - Análise da situação política



CINFÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento eleitoral da JSD, convoca-se a Assembleia Eleitoral da Concelhia de Cinfães, para reunir pelas 17 horas do dia 10 de Outubro de 2015 na sede do PSD de Cinfães, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD de Cinfães.

As listas deverão ser entregues ao Presidente do Plenário da JSD Regional Viseu, ou a quem estatutariamente o substitua, na sede do PSD de Viseu, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.